

A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DA(O)S ASSISTENTES SOCIAIS NAS ESCOLAS:

uma discussão necessária

Adélis Caroline L. Santiago¹

Bianca Neves Arnaud²

Kely Da Conceição M. Arlindo³

Tania Jainnh⁴

Telma N. De S. Pereira⁵

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de compreender a atuação profissional da(o)s assistentes sociais nas escolas, identificando os desafios apresentados ao profissional neste âmbito; verificando as competências e atribuições da(o)s assistentes sociais nas escolas; conhecendo as demandas profissionais no âmbito escolar e destacando a importância da atuação desta(e)s profissionais neste âmbito. A metodologia utilizada para sua materialização foi a pesquisa bibliográfica, tendo como base autora(e)s referencias que discutem a temática. Verificou-se que o espaço escolar é tomado por contradições e permeado por expressões da questão social, as quais constituem o objeto de trabalho profissional, logo apresentam-se diversos desafios através das demandas sociais. Da mesma forma, considera-se que, a atuação profissional da(o) assistente social se caracteriza como primordial no âmbito escolar, pois, com base em suas competências e atribuições, ultrapassa os muros da escola e atinge a comunidade escolar como um todo.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação; Escola.

ABSTRACT

This article aims to understand the professional performance of social workers in schools, identifying the challenges presented to the professional scope in this; verifying the competences and attributions of social workers in schools; knowing the professional demands in the school scope and highlighting the importance of the performance of

¹ Assistente Social, especialista em Gestão e Planejamento de Políticas públicas de Serviço Social (UNIESAMAZ). E-mail: adelis-clis@hotmail.com

² Assistente Social, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA). E-mail: biancaarnaud01@gmail.com

³ Assistente Social da SEURB, especialista em Gestão e Planejamento de Políticas públicas de Serviço Social (UNIESAMAZ). E-mail: kely.cmacieli@hotmail.com

⁴ Assistente Social, especialista em Gestão e Planejamento de Políticas públicas de Serviço Social (UNIESAMAZ). E-mail: Taniajainnh@gmail.com

⁵ Antropóloga, Professora orientadora da Pós-Graduação em Gestão e Planejamento de Políticas públicas de Serviço Social (UNIESAMAZ). E-mail: telmansp33@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO

these professionals in this scope. The methodology used for its materialization was bibliographical research, based on author(s) and references that discuss the theme. It was verified that the school space is taken by contradictions and permeated by expressions of the social issue, which constitute the object of professional work, thus presenting several challenges through social demands. In the same way, consider that the professional performance of the social worker is characterized as primordial in the school scope, because, based on their competences and attributions, they go beyond the walls of the school and reach the school community as a whole.

Keywords: Social service; Education; School.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta análises sobre a atuação profissional da(o)s assistentes sociais nas escolas, considerando esta uma discussão necessária. Tem por base os resultados finais do trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas em Serviço Social, do Centro Universitário da Amazônia (UNIESAMAZ).

A realidade de uma sociedade desigual reflexo de um país desigual como o Brasil, faz com que surjam novos desafios para a comunidade escolar, implicando em novas competências e atribuições a serem executadas na instituição pela(o)s diversa(o)s profissionais que fazem parte da mesma. Com os reflexos da sociedade é perceptível que, com o passar dos anos, a escola adquira novos papéis, acrescentando novas exigências educacionais e profissionais para incidir nas mais diversas expressões da questão social, sendo necessária a atuação profissional da(o)s assistentes sociais e o desenvolvimento de suas atribuições neste âmbito.

A atuação de assistentes sociais nas escolas é, sem dúvida, um desafio, pois ainda se configura um campo pouco efetivado, apesar de Lei já aprovada para a inserção destes profissionais na educação básica. Pensando nesta atuação, é necessário frisar que as ações são pensadas e efetivadas em conjunto, pela equipe escolar, onde o/a profissional apresenta-se como um/a parceiro/a das ações desenvolvidas na escola com outros profissionais (psicólogos, pedagogos, direção, gestão). A importância dessa(e) profissional neste espaço sócio-ocupacional se dá

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



devido à complexidade das relações estabelecidas na contemporaneidade, com seus rebatimentos diretos na política de educação, considerando suas competências e atribuições acerca da execução de suas atividades no âmbito escolar, para a viabilização do direito à educação, mediante ações que promovam o acesso e a permanência da população na escola.

Desta forma, este artigo tem o objetivo de apreender a atuação profissional da(o)s assistentes sociais nas escolas, identificando os desafios apresentados ao profissional neste âmbito; verificando as competências e atribuições da(o)s assistentes sociais nas escolas; conhecendo as demandas profissionais no âmbito escolar e destacando a importância da atuação desta(e)s profissionais neste âmbito.

Do ponto de vista metodológico, para materialização deste trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, considerando que está implica em um conjunto ordenado de procedimentos que se atentam ao objeto de estudo, trazendo uma fundamentação teórica e contribuindo com elementos que subsidiam a análise dos dados obtidos (LIMA; MIOTO, 2007).

Assim, as discussões deste estudo estão distribuídas em três partes, a saber: apontamentos históricos da educação no Brasil; a inserção da(o) assistente social na educação e a atuação das(o)s assistentes sociais nas escolas. Em seguida, encontram-se as considerações finais e referências utilizadas.

2 APONTAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, a educação é um direito reconhecido desde o século XIX. Embora, em 1549, a educação tenha dado seus primeiros passos, como se pode observar em Jardim Pedó (*et al.* 2016). Segundo esses autores, a educação no Brasil teve sua gênese durante o processo de colonização, por volta de 1549, quando os jesuítas iniciaram o processo de ensino, baseado em padrões europeus. A educação, inicialmente, tinha o intuito de dominação da população indígena. No entanto, o interesse maior era educar os filhos dos europeus, ou seja, desde o início a educação

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



estava alicerçada em princípios elitizantes, excludentes e restrita a instruir os filhos das classes dominantes (BOLORINO, 2012).

Sendo assim pode-se considerar que a história da educação no Brasil passou por um processo de ruptura com a chegada dos jesuítas em 1549, pois além de trazer religiosidade, costumes e moral, trouxeram também os métodos pedagógicos alicerçados nos padrões europeus. Nesse processo histórico percebe-se que o ensino era ligado ao projeto colonizador dos portugueses (JARDIM PEDÓ, *et al.* 2016, p. 228).

Considerando todo processo histórico que se inicia nesse período, percebe-se que a educação passou por várias transformações que culminou em alguns marcos importantes para a construção da mesma. Neste sentido, Bolorino (2012) relata que a inscrição da obrigatoriedade do ensino primário na Constituição Federal de 1824, definiu a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos.

Apesar de ser um direito como a autora supracitada evidência, Aranha (2006) ressalta que em 1824, embora houvesse referências de um sistema nacional de educação, não havia exigência de conclusão do ensino primário para acesso a outros níveis. A elite contratava preceptores para educar seus filhos, enquanto os demais segmentos sociais estavam à mercê da oferta de poucas escolas que se restringiram à instrução elementar: ler, escrever e contar.

Segundo Jardim Pedó (*et al.* 2016), em 1932 ocorreu mais um momento importante na educação, pois um grupo de intelectuais elaboraram o plano geral para a educação, um manifesto, de modo a propor que o Estado estabelecesse a criação de uma escola com os seguintes moldes:

Preocupados em elaborar um programa de política educacional amplo e integrado, um grupo de intelectuais lança em 1932, o manifesto dos pioneiros da educação nova, o qual propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e definisse a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita (JARDIM PEDÓ, *et al.* 2016, p.229).

Conforme os autores citados acima, ao longo de todo esse processo histórico, elaborou-se parâmetros para promover um sistema educacional que visasse qualidade no ensino, com a proposta de garantir que todos tenham direito à educação, mas, deve-se salientar que o tratamento dado à educação, sempre foi superficial, pois não é de interesse da classe dominante que haja profundas discussões e mudanças,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



embora hoje se possa ver uma ampla discussão sobre os rumos da educação, ainda que em dadas situações haja mudanças minimalistas.

Em 1934, a constituição Federal institui a educação como direito de todos, mais um passo significativo foi dado em 1961, quando fora criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

Foi em 1934, com a nova constituição federal, que a educação passa a ser vista como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. Nesta data, também, surgiu a primeira instituição de ensino superior no Brasil, a Universidade de São Paulo. [...] em 1961, foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação onde os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, diminuindo assim a centralização do Ministério da Educação (MEC, [s.d.]) (JARDIM PEDÓ, ET AL. 2016, p. 229).

De acordo com Bolorino (2012), no Brasil foram instituídas duas LDB, a segunda e última aprovada em 1996, estabelecida através da reforma educacional, é a versão atualizada de 1961, nelas estão preconizadas garantias de direitos à educação que englobam toda a população brasileira:

[...] a reforma educacional brasileira tem como marco importante a aprovação da nova LDB, Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece parâmetros, princípios e rumos da educação nacional. Considerando que seus artigos ainda não estão todos regulamentados, continua sendo um instrumento de disputas entre projetos diferenciados, ou seja, de um lado, a intenção do governo de adequar a educação nacional às exigências dos organismos internacionais, conforme exposto anteriormente, e de outro, os movimentos sociais, estudantis, populares e os sindicatos, que defendem a educação pública, gratuita e de qualidade social (BOLORINO, 2012, P.93).

Nas palavras da autora supracitada, ressalta-se que não há, portanto, um sistema nacional de educação, pois se considera que a política de educação fragmentada, focalizada, com ênfase na educação básica, especificamente, no ensino fundamental, em detrimento dos demais graus de ensino. Desse modo, entende-se que o esforço maior é para que, se tratando de termos quantitativos, os números que representem os índices de analfabetismo sejam representados como se fora ínfimo, no entanto, de um fosso entre a promoção da educação e medidas paliativas na educação baseadas em adaptações que atendem às orientações de outros países do qual o Brasil é consignatário (BOLORINO, 2012).

PROMOÇÃO



APOIO





Ademais, conforme Bolorino (2012), a educação está baseada na geração de capital humano para o novo desenvolvimento, por um modelo educativo destinado a transmitir habilidades formais de alta flexibilidade, ou seja, trabalhadores(as) mais adaptáveis, com capacidade de aprender novas habilidades, condições que podem ser adquiridas com a educação básica. Por isso o interesse em dar ênfase neste grau de ensino.

A educação caminha a passos lentos, apesar de nos últimos anos haver muitas discussões acerca dos rumos da educação, principalmente por considerar que a luta contra hegemônica engessam os avanços que culminam com retrocessos, falta de estrutura e outros problemas como se observa nas palavras do autor a seguir:

No Brasil, ao tratarmos sobre a etapa da educação básica, encontramos escolas públicas com inúmeras necessidades e problemas, sejam de ordem estrutural, de oferta de vagas, de falta de professores, dos índices de evasão e reprovação escolar e da demanda por estudantes que a partir dela possam encontrar expectativas para o futuro. Ou seja, a escola é desigual, seja no acesso, na qualidade, nas possibilidades que se apresentam para os estudantes, ela é inclusiva e excludente, é injusta e contraditória (SANTOS, 2019, P.57).

Desse modo, compreende-se a necessidade de que toda a sociedade civil, junto as entidades representativas e a(o)s profissionais que atuam diretamente nas escolas unam esforços para minimizar as refrações da questão social que refletem no cotidiano escolar.

3 A INSERÇÃO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA CONQUISTA LEGAL

A sociedade contemporânea vem passando por inúmeras transformações, sobretudo, mudanças entre os grupos familiares e o papel da família.

Baseando-se nessas transformações e na emergência de necessidades, Piana (2009) ressalta que já houveram algumas tentativas de inserção das/os assistentes sociais nas escolas, as quais se apresentam no cenário brasileiro há algumas décadas:

No Brasil, há relatos históricos de que os Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul no ano de 1946, foram pioneiros no debate e no início do trabalho acerca do Serviço Social Escolar. No Estado do Rio Grande do Sul,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



o Serviço Social foi implantado como serviço de assistência ao escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura. Suas atividades eram voltadas à identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como à promoção de ações que permitissem a adaptação dos escolares ao seu meio e o equilíbrio social da comunidade escolar (PIANA, 2009, p. 184).

De acordo com a autora supracitada, as discussões acerca da necessidade da/o assistente social na escola se trata de momento de retomada, já que em alguns municípios do Brasil considera-se que:

[...] houve a tentativa de atuação da profissão nesta política social pública e privada através de vários trabalhos isolados, em municípios do Brasil sem muitos avanços, contudo uma história tende a ser traçada no início deste terceiro milênio e escrita novamente, com apelos de organização da categoria na elaboração de leis que garantam efetivamente a atuação do serviço social na política educacional brasileira (PIANA, 2009, P.183).

Essas tentativas, deve-se ao fato de compreender que a escola é um campo fundamental de atuação da/o assistente social, pois é um espaço que emergem as refrações das questões sociais. Além do mais, a/o assistente social aliado à intervenção profissional interdisciplinar, conforme as suas atribuições específicas, contribui muito nas escolas, pois a abrangência da atuação dessa/e profissional vai para além dos muros e consegue atingir de maneira positiva as famílias e a comunidade.

A educação não é um Campo de trabalho novo para o serviço social como é conhecido, mas nos últimos anos, percebe-se um crescente interesse dos assistentes sociais por esta área em seu aspecto teórico metodológico como objeto de pesquisa e como campo interventivo, sobretudo na esfera pública, através de muitas contratações desse profissional para integrar a equipe profissional da educação nas escolas, em acesso a assessorias e consultorias no âmbito da política educacional estadual e nacional (PIANA, 2009, p. 185).

Santos (2012) ressalta a necessidade de inserção do assistente social na educação na realidade contemporânea educacional, considerando-o como profissional de apoio à escola e de referência às questões relacionadas à família e comunidade que permeiam o cotidiano do aluno.

Desta forma, a Lei de Nº 13.935/2019 (BRASIL, 2019) representa uma conquista das categorias de psicologia e serviço social para os alunos da rede pública

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



e para a comunidade escolar em sua totalidade. A partir desse aporte legal é imprescindível que as escolas públicas de ensino básico dispunham dos serviços dessa(s) profissionais para compor a equipe multidisciplinar. Tais serviços são relevantes diante da complexidade que se apresenta no espaço escolar, haja vista que nas escolas os reflexos das expressões da questão social estão latentes por ser um espaço contraditório, assim como, as demandas apresentadas são reflexos dos espaços externos como em meio a família e a comunidade.

O Art.1º da Lei supracitada dispõe que as redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. Sendo assim, o espaço escolar se configura como uma das áreas de atuação das/os assistentes sociais, pois apresenta demandas específicas do serviço social.

O inciso 1º da Lei 13.935/2019, “estabelece que as equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais”. No segundo inciso da mesma lei, os sistemas de ensino disporão de 1 ano para tomar as providências para cumprir as disposições desta lei (BRASIL, 2019). Entretanto, pode-se observar que o cumprimento desta lei, ainda, caminha de maneira tímida.

Desse modo, é necessário unir esforços para a efetivação da lei, no sentido de corroborar com os esforços que houveram a décadas, nos municípios pioneiros, com a intenção de inserir as/os Assistentes Sociais no âmbito escolar, dada a relevância da contribuição desse profissional junto a equipe multiprofissional escolar.

4 A ATUAÇÃO DA(O)S ASSISTENTES SOCIAIS NAS ESCOLAS

Segundo Yamamoto (2010), a/o assistente social é um profissional inserido na divisão sócio técnica do trabalho, não obstante, cabe reiterar que a/o mesma/o pode desenvolver atividades laborativas em diversos espaços sócio ocupacionais. Dentre

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



os campos de atuação, pode-se asseverar o âmbito escolar, haja vista que esta/e profissional dispõe de atribuições particulares que lhe assente neste espaço, que após décadas de lutas tornou-se um dos campos privilegiados de atuação, dada a complexidade que se apresenta na realidade escolar.

Dentre as principais atribuições da(o) assistente social, prevista nas orientações para a regulamentação da Lei de nº 13.935/2019, elenca-se que a(o) profissional tem como função primordial contribuir com o direito à educação, bem como acesso e permanência na escola, formação para o exercício da cidadania e preparação para o trabalho e sua participação na sociedade (BRASIL, 2021).

Conforme a orientação das atribuições do assistente social no ambiente escolar, ressalta que o(a) assistente social se configura como um(a) profissional habilitado(a) para subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias a partir de conhecimento de políticas sociais. Deve-se ressaltar que além da(o) profissional contribuir no processo do ensino-aprendizagem, contribui, também, no fortalecimento da relação da escola com a família e comunidade na perspectiva de ampliar a sua participação na escola (BRASIL, 2021).

Além disso, cabe a(o) assistente social: Intervir e orientar situações de dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado; Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar; Criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar; Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação (BRASIL, 2021).

É importante salientar que a(o) profissional atua na promoção do desenvolvimento educacional da(o)s aluna(o)s, no sentido de intervir estrategicamente no enfrentamento de situações que possam comprometer o

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



desenvolvimento desta(e) dentro e fora do cotidiano escolar, ou seja, a atuação da(o) assistente social vai para além dos espaços escolares alcançando a família e a comunidade (BRASIL, 2021).

Ressalta-se, ainda, que a/o assistente social fortalece e articula parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Unidades Básicas de Saúde (UBS), movimentos sociais, dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral da(o)s estudantes.

4.1 As expressões da questão social e os desafios da intervenção profissional nas escolas

Cabe destacar que a atuação profissional da(o) assistente social, em qualquer espaço sócio-ocupacional, é permeada pela sua condição de trabalhador/a assalariado/a, pois, conforme Iamamoto (2010), a/o profissional dispõe de uma relativa autonomia, a qual é tencionada pela compra e venda de sua força de trabalho especializada a diferentes empregadores. A condição de assalariada/o das/os assistentes sociais é regulamentada por um contrato de trabalho que introduz o trabalho profissional a dilemas da alienação e determinações sociais que incidem na coletividade das/os trabalhadoras/es. Neste sentido, esta condição de trabalhador(a) “envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza” (IAMAMOTO, 2010, p. 218).

Mediante a isso, elencam-se alguns desafios e demandas que permeiam a(o) profissional de serviço social nas escolas. Torna-se importante frisar que a escola, apesar de ser um dos espaços de atuação da(o) assistente social, é um espaço tomado por contradições (BOLORINO, 2012, P.77) e permeada por expressões da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



questão social, as quais se constituem objeto de trabalho da(o) profissional, necessitando de respostas interventivas particulares.

No âmbito escolar se apresentam casos de abuso sexual, evasão escolar, preconceito racial, bullying, gravidez na adolescência, educação inclusiva, violência na escola, violência doméstica, uso e abuso de drogas, trabalho infantil, relações intrafamiliares conflituosas, depressão, dificuldade socioeconômica, entre outros (AMARO, 2018).

De acordo com Luchetti, Lázaro e Silva (2010), a evasão escolar se constitui em uma grande problemática no âmbito das escolas, dentre os principais motivos para tal questão, estão: a gravidez na adolescência, o desinteresse pelo estudo, problemas relacionados a fatores psicológicos, casos de violência dentro da escola e fatores socioeconômicos que também contribuem para a desmotivação da(o) aluna(o) pela escola, sobretudo, quando há a necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a taxa de evasão escolar no ensino fundamental subiu de 1%, em 2020, para 1,2%, em 2021. No ensino médio na rede pública, a taxa dobrou no ano de 2021. Em 2020, o percentual de estudantes que abandonaram instituições foi de 2,3%, enquanto que, em 2021, a taxa foi de 5,6%. A única rede que não apresentou elevação foi a privada.

Dessa forma, nota-se que o trabalho da(o) assistente social se confronta com a questão em si, tendo que criar intervenções para as situações que culminam nesta problemática. A intervenção pode ser feita por meio de visita domiciliar, sendo esta uma de suas principais técnicas de atuação, podendo neste caso, se verificar a situação da(o) aluna(o) e de seu grupo familiar, obtendo uma visão mais ampla da realidade social.

No que se refere ao abuso sexual, o Guia de orientação aos profissionais de ensino (2021) aponta que é na escola que a maioria dos casos de violência sexual é revelada para algum adulto com o qual a criança e/ou adolescente tenha amizade e confiança, portanto, a(o)s profissionais precisam estar preparada(o)s para lidar com

PROMOÇÃO



APOIO



esta situação e realizar os devidos encaminhamentos. Sendo assim, é importante que a(o)s profissionais acolham e identifiquem as questões que a(o)s alunos estão passando fora do contexto escolar, bem como, é imprescindível o conhecimento da rede intersetorial de proteção social para o enfrentamento a violação de direitos.

Em relação a gravidez na adolescência, segundo a coordenação estadual de Saúde do Adolescente e Jovem, da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (Sespa), até novembro de 2020, a proporção de gravidez na adolescência no Pará foi de 22,36%. De um total de 147.159 nascidos vivos em 2020, 32.906 foram gerados por pessoas na faixa de 10 a 19 anos⁶. Partindo disso, entende-se que a gravidez na adolescência é uma questão que permeia o âmbito escolar e está relacionada com a evasão escolar de diversas mães/jovens, que precisam abandonar a escola para cuidar de seus filhos (RODRIGUES *et al*, 2019).

Neste sentido, conforme Santos (2012), o papel do serviço social na escola é fundamental no que tange a luta pelos direitos da(o) adolescente, na intervenção que abrange tanto a prevenção da gravidez precoce na adolescência, quanto na atenção a adolescentes que já estão grávidas. No sentido da prevenção, é necessário articular as políticas públicas para enfrentamento desta questão considerando variadas as determinações da gravidez precoce. Estas determinações extrapolam a ausência de informação e o acesso aos métodos contraceptivos, compreendendo que a questão da sexualidade envolve, além do ato sexual em si, valores sociais.

Dessa forma, percebe-se que é importante que a(o) assistente social no âmbito escolar faça uma análise contextual e institucional não só da educação em nível macro que compõe âmbito nacional das bases legais, parâmetros curriculares e temas gerais, mas, também, ao micro que integra a unidade educacional e suas particularidades regionais. Tendo em vista que o conhecimento aprofundado dessas questões é essencial ao trabalho profissional e são o ponto central para a análise em uma perspectiva crítica (AMARO, 2018).

⁶ informações contidas no site da Agência Pará, disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/25190/>

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Em suma, conforme as discussões apontadas neste artigo, corrobora-se com as concepções de Almeida (2000), nas quais o autor expressa que a inserção do Serviço Social na escola, deve contribuir com ações que tornem a educação uma prática de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais. Ambos, escola e Serviço Social, trabalham diretamente com a educação, com a sensibilização, com a oportunidade de possibilitar as pessoas que se tornem conscientes e sujeitos de sua própria história. Assim, a/o profissional necessita estar dotado de seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo e embasado em seu projeto profissional para criar estratégias de intervenção nas escolas.

5 CONCLUSÃO

Para fins de conclusão das análises apresentadas nesse artigo, considera-se que a atuação profissional da(o)s assistentes sociais no âmbito escolar está permeada por diversos desafios, os quais se expressam na condição de trabalhador/a assalariado/a e nas respostas particulares das manifestações da questão social, tais como: a evasão escolar, o abuso sexual e a gravidez na adolescência, as quais se apresentam nesse espaço em que a/o profissional tem o desafio de viabilizar direitos.

Concluiu-se também que as competências e atribuições da(o) assistente social nas escolas, seguem as que lhes são conferidas no bojo das garantias de direitos, conforme as orientações fundamentadas no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/93, nestes encontram-se parâmetros da atuação profissional. Em vista disso, sua primordial atribuição e competência é contribuir com o direito à educação, bem como, ao acesso e permanência na escola, formação para o exercício da cidadania e participação na sociedade.

As demandas profissionais postas no âmbito escolar, são variadas, entre elas: casos de abuso sexual, evasão escolar, preconceito racial, bullying, gravidez na adolescência, educação inclusiva, violência na escola, violência doméstica, uso e

PROMOÇÃO



APOIO



abuso de drogas, trabalho infantil, relações intrafamiliares conflituosas, depressão, dificuldade socioeconômica, entre outras.

Finalmente, ponderou-se que a(o) assistente social nas escolas, torna-se muito importante por ser um local onde ocorre diversas refrações da questão social, apresentando demandas específicas do serviço social, sendo que a atuação deste profissional é tão abrangente que chega a ultrapassar os muros da escola atingindo a comunidade escolar em sua totalidade.

Longe de apresentar dados definitivos, esta pesquisa contribui e levanta novos questionamentos a fim de poder compreender possíveis desafios que se apresentam diariamente no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **O Serviço Social na educação**. In: Revista Inscrita, nº 6. Brasília, 2000.

AMARO, Sarita. **O SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS NO SÉCULO XXI: um novo (re)começo?** In: D'ALMEIDA, José Luís; SOUSA, Paula (Org.) SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA contributos para o campo profissional. 2018

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.ed. São Paulo: Moderna, 2006

BOLORINO, Eliana Canteiro Martins. **Educação e serviço social: elo para a Construção da cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BRASIL, **A Escola contra o abuso sexual infantil: guia de orientação aos profissionais de ensino – identificar, acolher e não se omitir – 2 ed.** São Paulo: 2021.

BRASIL, **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Diário Oficial da União, DF, Ed. 240, Seção 1, p. 7, 2019. disponível em:
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.935-de-11-de-dezembro-de-2019-232942408>

BRASIL, **Psicólogos(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº13.935, de 2019 / Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. — 1. ed. — Brasília: CFP, 2021.**

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



CARVALHO, Leticia. **Taxa de abandono escolar no ensino médio na rede pública mais que dobra em 2021, aponta Inep.** Educação, Tv o Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/05/19/taxa-de-abandono-escolar-no-ensino-medio-na-rede-publica-mais-que-dobra-em-2021-aponta-inep.ghtml>

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JARDIM PEDÓ, j.c., Barreto, c., Pinto, N., & Leite, M.j.s. (2016). **Serviço Social na Educação:** Ampliando os Olhares. Caderno de Graduação – Ciências Humanas E Sociais -UNIT- Sergipe, 3(2), 225-240 Recuperado de <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/2523>

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:** a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45. 2007

LUCHETTI, Franciele Brazoli; LÁZARO, Josiane Diamante de e SILVA, Milton Pereira da. **Evasão escolar: Um estudo na Escola Estadual Francisco Pessoa.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo", Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente. São Paulo, p. 91. 2010.

PIANA, Maria Cristina. **Serviço Social E Educação:** Olhares Que Se Entrecruzam .in: Serviço Social & Sociedade, Franca, v.18. n.2, .2Tp. -206,2009.

RODRIGUES, Livia Santos; SILVA, Maria Vanuzia Oliveira da; GOMES, Maria Amábia Viana. **Revista Educação e Emancipação,** São Luís, v. 12, n. 2, maio/ago. 2019

SANTOS, André Michael dos. **Serviço Social Na Educação:** Um Estudo das Atribuições Profissionais em escolas públicas municipais/ André Michaels dos Santos. -2019 172 p. Tese de (Doutorado) Programa de Pós – Graduação em Serviço Social. PUCRS

SANTOS, N. S. dos. **Serviço Social e educação:** contribuições do assistente social na escola. Vivências, Erechim, v. 8, n. 15, p. 124-134, 2012.

PROMOÇÃO

